



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NO ENSINO TÉCNICO: INFLUÊNCIAS NO
ACESSO E NA PERMANENCIA DAS ALUNAS NEGRAS DO INSTITUTO FEDERAL DE
BRASÍLIA CAMPUS SÃO SEBASTIÃO.**

**Aluna: Linidelly Rocha Mendes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Cristina Yannoulas.**

**BRASÍLIA,
Dezembro de 2015.**

Linidelly Rocha Mendes

Desigualdade de gênero e raça no ensino técnico: Influências no acesso e na permanência das alunas negras do Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção de título de graduação em Serviço Social, pela Universidade de Brasília – UnB, sob orientação acadêmica da Profª Drª. Silvia Cristina Yannoulas.

**BRASÍLIA,
Dezembro de 2015.**

Desigualdade de gênero e raça no ensino técnico: Influências no acesso e na permanência das alunas negras do Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social será defendido em 08/12/2015 perante a banca examinadora:

Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas – Orientadora
Departamento de Serviço Social – SER
Universidade de Brasília – UnB

Profa. Dra. Doutora Miriam Souza Leão Albuquerque
Departamento de Serviço Social – SER
Universidade de Brasília – UnB

Assistente Social Ana Célia de Souza
Instituto Federal de Brasília – Campus São Sebastião

DEDICATÓRIA

*“Dedico a todas as mulheres negras
que lutam diariamente contra um
sistema racista, machista e opressor.”*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por esta conquista, pois é ele quem me concede força para lutar a cada dia.

Agradeço a educadora social Késsia Oliveira que me orientou na excelente escolha do curso de Serviço Social e que me apoio e celebrou com minha inserção na universidade de Brasília acompanhada de toda a equipe do CRAS.

Agradeço aos meus familiares, amigos e ao Thiago por me acompanharem nesta jornada, aos meus colegas de turma em especial Mayara e Clarissa em que tive mais proximidade durante o curso, passamos por muitos processos de aprendizagem e crescimento juntas e arrasamos nos encontros de Serviço Social em que participamos. Aos colegas e professores que conheci a cada semestre.

Às minhas supervisoras de estágio Valéria e Ana Célia e a assistente social Anita que muito me ensinaram e fizeram-me crescer como profissional e como pessoa. Agradeço ao IFB Campus São Sebastião pela oportunidade e em especial a equipe da CDAE, onde concluo o meu estágio junto com minha graduação, sentirei saudades.

Por fim agradeço imensamente a orientadora deste trabalho, Silvia, sem o seu belíssimo conhecimento e trabalho em relação a temática estudada não seria possível atingir os objetivos colocados neste trabalho, é uma excelente professora, muito dedicada, atenciosa e bem organizada, foi de grande aprendizado os amarelinhos colocados durante as correções.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em Serviço Social “Desigualdade de gênero e raça no ensino técnico: Influências no acesso e na permanência das alunas negras do Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião” teve como objetivo analisar como as desigualdades de gênero e raça se relacionam com o acesso e a permanência das alunas negras nos cursos de educação profissional. Para enraizar nossa pesquisa, investigamos especificamente a presença de alunas negras nos Cursos Técnicos Subsequentes em Secretariado e Secretaria Escolar do Instituto Federal de Brasília no Campus São Sebastião – IFB/SS, nos anos de 2013 e 2014, já que estes cursos apresentam maior atratividade para o público feminino. Para isso se fez um percurso metodológico que incluiu como técnicas a pesquisa bibliográfica sobre literatura científica recente acerca do tema, e também a análise documental, incluídos o Projeto Político Pedagógico, Planos de Curso e dados do Registro Acadêmico do Campus. Fez-se uma sistematização histórica em relação ao ensino técnico e tecnológico no Brasil e no Distrito Federal, até chegar ao Campus São Sebastião. Foi analisado o processo de inserção das mulheres negras no sistema educacional e no mercado de trabalho, com base em dados que exibem a desigualdade das mulheres negras, mostrando que elas atingem maior nível de desemprego, recebem menores salários, residem em periferias e se encontram em maior situação de vulnerabilidade social. Essa desigualdade influencia na vida acadêmica delas, pois tem seu tempo dividido em várias jornadas quando comparado com os homens ou com as mulheres brancas, e maiores dificuldades que espelham no processo de aprendizagem e na permanência nos cursos.

Palavras-Chave: 1. Ensino Técnico. 2. Desigualdade de gênero. 3. Desigualdade racial. 4. Acesso e permanência na vida acadêmica. 5. Instituto Federal de Brasília.

ABSTRACT

This essay “Gender and race inequalities in technical education: leverage in access and permanence of black female students of ‘Instituto Federal de Brasília do Campus São Sebastião’ is the final paper of the conclusion of graduation in Social Work. Which had as purpose analyze how gender and race inequalities is related to black students accessing and remaining in courses of professional education. To the research was investigating specifically the presence of the students in the “Curso Técnico Subsequente em Secretariado e Secretaria Escolar no Instituto Federal de Brasília no Campus São Sebastião – IFB/SS” (course in secretariat), in the years of 2013 and 2014. The choice of the course is justified because present more interest of the female public in IFB/SS. The methodological route included bibliographic search in recent scientific literature about the subject of the research and documental analyses, as well, which involves pedagogic politic project, course’s program, data of registration in IFB/SS. It was made a historical systematization between the professional education in Brasil and Distrito Federal and specializing specifically in this one of IFB/SS. Was studied the process for the black women join in the education system and job market based on data that show the inequalities suffered by black women. Intending expose they higher levels of unemployment, they earning lower wages, living in suburb and living in complex vulnerability situations. This inequalities leverage their academic life, because they have to break their daily-times in many journey hours whether its compared to the men or white women. Lastly they have more difficulties that reflect in their learning process and permanence in course.

Key-words: 1. Technical education. 2. gender inequality. 3. race inequality. 4. access and permanence in academic life. 5. Instituto Federal de Brasília.

EPÍGRAFE

“Salve! Negras dos sertões, negras da Bahia

Salve! Clementina, Leci, Jovelina

Salve! Nortistas, caribenhas, clandestinas

Salve! Negras da América Latina”

(Ellen Oléria, Antiga Poesia)

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Distribuição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no DF em 2015

Figura 2 – Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos, pela população de 16 anos ou mais, segundo sexo em 2007.

Figura 3 - Renda média da população, segundo sexo e cor/raça em 2007.

Figura 4 - Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça em 2007.

Figura 5 – - Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do chefe em 2007.

Figura 6 - Distribuição dos domicílios que recebem Bolsa Família, segundo cor/raça do chefe no ano de 2006.

Figura 7 - Cenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de 2002 até 2010.

Quadro 1 – Síntese do período Retomada da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (2003-2010)

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Proporção de pessoas de 15 a 29 anos no Distrito Federal, por raça/cor, segundo condição de ocupação e estudo em 2012 e 2013.

Tabela 2 – Discentes dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014).

Tabela 3 – Discentes em situação de evasão dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014).

Tabela 4 – Discentes dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, que estão trabalhando segundo gênero e raça (2013 - 2014).

Tabela 5 – Discentes com renda familiar até um salário mínimo dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014).

Gráfico 1 – Percentual da população do DF por sexo e grau de escolaridade em 2011.

Gráfico 2 – Percentual da população do DF por sexo e situação de atividade em 2011.

Gráfico 3 - Pirâmide etária de mulheres segunda raça ou cor no Distrito Federal em 2010.

Gráfico 4 - Discentes dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014).

Gráfico 5 - Discentes em situação de evasão dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014).

Gráfico 6 – Discentes dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, que estão trabalhando segundo gênero e raça (2013 - 2014).

Gráfico 7 – Discentes com renda familiar até um salário mínimo dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CDAE- Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social

CEFET - Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF – Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CMF – Centro e Múltiplas Funções

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CSSB – Campus São Sebastião

DF – Distrito Federal

ETF – Escola técnica Federal

FIC – Formação Inicial e Continuada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFB - Instituto Federal de Brasília

IFs – Institutos Federais

INEP - Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBD – Lei de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação

PAE – Política de Assistência Estudantil

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE - Política Nacional de Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PNAES – Programa Nacional Assistência Estudantil

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego

RA – Região Administrativa

RA – Registro Acadêmico

SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UNB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
<i>Justificativa</i>	15
<i>Estrutura do TCC</i>	18
1 - METODOLOGIA.....	19
1.1 - <i>Histórico do Instituto Federal de Brasília.</i>	20
1.2 – <i>Caracterização de São Sebastião</i>	22
2 - REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1 <i>Desigualdade de Gênero</i>	26
2.2 <i>Desigualdade Racial</i>	29
2.3 <i>Ensino Técnico</i>	34
2.4 <i>Acesso e Permanência na Vida Acadêmica</i>	39
3 - CAMPUS SÃO SEBASTIÃO E CRIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS.....	40
3.1 - <i>Dados sobre os cursos subsequentes do IFB Campus São Sebastião</i>	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICE	62
ANEXO	63

INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada abordou a questão da inserção das mulheres negras matriculadas nos cursos técnicos em Secretaria Escolar e Secretariado no ano de 2013 e 2014 do Instituto Federal de Brasília – IFB, especificamente no Campus São Sebastião (CSSB)..

Sendo assim o tema pesquisado perpassa por questões de desigualdade de gênero e raça com alunas negras do Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião, com o intuito de obter informações sobre como a desigualdade influencia no acesso e na permanência delas.

Então o objeto da pesquisa é a problemática da desigualdade de gênero e raça que foi analisada partindo da questão do acesso e da permanência nos cursos técnicos. Para melhor entender o objeto, foi realizada uma análise do histórico dos cursos técnicos que perpassa pelo processo de criação no Brasil até chegar aos Institutos Federais, priorizando o Instituto Federal de Brasília e o Campus São Sebastião.

O foco do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi o processo da escolha, planejamento e execução dos cursos técnicos do IFB CSSB, que tem maior atratividade para o público feminino. Fez-se necessário analisar como as mulheres negras estão contempladas neste processo de criação e implementação dos cursos, considerando paralelamente sua inserção no sistema educacional e no mercado de trabalho.

Dentro deste histórico foi feito uma análise dos obstáculos que influenciam o acesso e a permanência das alunas negras, de acordo com a desigualdade de gênero e raça, e também uma análise da grade curricular, visando estabelecer o porquê estes cursos são mais atrativos para o público feminino, a fim de considerar aspectos relacionais do processo. Finalmente, na conclusão, ponderamos se a criação destes cursos responde apenas a necessidades práticas ou a interesses estratégicos das mulheres negras.

A pergunta que orientou o desenvolvimento do projeto foi: Como a desigualdade de gênero e raça influencia no acesso e na permanência das alunas negras dos cursos técnicos do Instituto Federal de Brasília campus São Sebastião?

A resposta preliminar ou hipótese que formulamos foi: a desigualdade de gênero e

raça pode influenciar na procura de determinados cursos e no desenvolvimento acadêmico, pois as mulheres negras assumem várias jornadas, estão sobrecarregadas, tanto no trabalho assalariado como no trabalho doméstico, muitas têm filhos e são chefes de família. Também podem influenciar na procura e nas perspectivas de emprego futuro em determinadas áreas do mercado de trabalho altamente feminizadas, em detrimento de outras. Assim, a inserção das alunas negras está duplamente condicionada, pelas condições reais da estudante e pelas expectativas futuras.

Algumas estudantes negras ficam afastadas durante um período em relação aos estudos, retomando-os com a possibilidade ofertada através dos cursos técnicos. O ingresso aos cursos é realizado por meio de sorteios, o que possibilita a entrada de muitas que talvez não conseguissem ingressar por meio de seleções como vestibular, pelo tempo que ficaram sem estudar, pela falta de ensino básico de qualidade, ou até mesmo pela distância geográfica até as instituições tradicionais de ensino, pois muitas mulheres negras se encontram em periferias como o bairro de São Sebastião e em empregos informais ou precarizados.

Justificativa

O interesse pela temática estudada surgiu durante a realização do estágio extracurricular em Serviço Social no campus São Sebastião desde outubro de 2014, após um levantamento institucional apontar que em março de 2015, 86,48% dos alunos são mulheres.

Tendo em vista as dificuldades que as alunas negras encontram dentro da instituição, tanto em questão de estrutura, horários, acessibilidade, como questões exteriores à instituição, como as várias jornadas de trabalho, postos de trabalho precarizados, vulnerabilidade socioeconômica, desigualdades e discriminações, foi percebido durante o estágio a importância de abordar esta temática.

As disciplinas em que foi realizado contato com os temas de gênero e raça e que influenciaram a pensar o tema foram: *Movimentos Sociais* em que foi estudado o movimento feminista e seu histórico perpassando pelo feminismo negro; *Trabalho e Sociabilidade* em que se estudou a questão da divisão sexual do trabalho, a dupla jornada de trabalho; *Gênero, Raça/Etnia e Política Social* pautou nas várias formas de discriminação e desigualdades de gênero e raça na sociedade; *Gênero e Educação* na Faculdade de

Educação da UnB que trabalhou o significado de gênero e diversidade na escola e *Política Social - Educação*. Assim, o Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB - permitiu aprimorar o olhar para as questões e problematizações aqui realizadas.

As relações de gênero se definem em uma construção social e cultural, as atividades consideradas femininas geralmente são associadas com a reprodução humana, espaços relacionados à família, ao cuidado, valores, espaços privados, enquanto as atividades consideradas masculinas são voltadas principalmente para o espaço público, de acordo com Oliveira (1999).

Vivemos em uma sociedade machista e racista em que determina ocupações e restrições educacionais, onde homens e mulheres, brancos e negros são tratados de forma diferente nas instituições de ensino e de trabalho, sendo ensinada a diferença culturalmente por meio das brincadeiras, obrigações impostas, cobranças da sociedade, televisão, publicidades, filmes, dentre várias outras formas.

Todos esses elementos definem um tipo de inserção das mulheres negras no sistema educacional e no mercado de trabalho, bem como as expectativas dessas mulheres com relação ao futuro ou potencial emprego.

O sexismo e o racismo ainda são muito fortes em nossa sociedade apesar dos avanços registrados desde a Constituição Federal (CF) de 1988. Em muitos casos o homem branco é visualizado como sendo um sexo e uma raça superior, especialmente no que diz respeito à distribuição de oportunidades educacionais e profissionais.

Por isso a importância de pesquisar tal temática, pois é com muita luta que as mulheres vão conseguindo garantir igualdade de direitos, políticas públicas e ocupar determinados espaços, principalmente as mulheres negras, pois além de sofrerem por serem mulheres, sofrem com o racismo e sofrem ainda mais se estiverem em situação de pobreza. No caso é possível observar concretamente a consubstancialidade ou interseccionalidade das categorias de gênero, raça e classe social.

Foi feito um levantamento do histórico dos cursos técnicos fazendo relação com a inserção das mulheres negras neste campo, analisando como a desigualdade de gênero e raça influencia no acesso e na permanência das alunas negras nos cursos, pois a questão da educação técnica é pouco estudada principalmente quando é voltada para mulheres negras.

Por isso foi considerado de suma importância a realização desta pesquisa, já que os Institutos Federais visa uma educação pública de qualidade sendo um direito da população usuária, e levando em consideração que dentro do IFB existe uma coordenação chamada Coordenação de assistência estudantil e inclusão social (CDAE) em que está inserida o Serviço Social.

Percebe-se que a profissional de Serviço Social cresce com o estudo no campo da educação, da instituição em que trabalha e de sua demanda, pois é nos cursos técnicos do Campus onde se concentra o maior número de alunos sendo em sua maioria mulheres, assim este estudo pode auxiliar a melhor acompanhar os usuários entendendo a questão da desigualdade de gênero e raça para com as alunas negras.

Existe um trabalho que também foi realizado na Universidade de Brasília (UnB) que auxilia na elaboração deste projeto, sendo ele:

LIMA, Iuri. AÇÕES AFIRMATIVAS: Um retrato do Instituto Federal de Brasília. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Serviço Social, defendida no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, 2008.

Este TCC tem como semelhança com o nosso a pesquisa realizada no Instituto Federal de Brasília abordando a questão étnico-racial, fazendo uma busca histórica da formação social dos negros em que resulta nos dias atuais. Tem como diferenças a não abordagem da questão da desigualdade de gênero, não relaciona com as dificuldades das alunas negras em cursos técnicos.

Além disso, o estudo de Lima trata do conjunto dos campi do IFB na procura das ações afirmativas institucionais em todas as modalidades de cursos que o IFB oferta, sem especificar o Campus de São Sebastião ou o tipo de curso abordado na nossa investigação, que se revelam especialmente importantes para considerar a consubstancialidade de gênero, raça e classe social.

Nosso estudo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica, análise documental e de informação institucional, sobre a origem dos cursos técnicos no Brasil e seu percurso até chegar aos Institutos Federais em geral e em Brasília, para assim analisar a criação e a grade curricular dos cursos técnico em Secretariado e Secretaria Escolar no IFB Campus São Sebastião. Relacionamos esse percurso com a inserção educacional e laboral das mulheres negras, sua interferência no processo de criação e implementação de tais cursos, analisando o processo de lutas, conquistas e interesses neste processo.

Assim, construímos algumas respostas sobre o principal questionamento, sendo ele a interferência da desigualdade de gênero e raça que as mulheres negras enfrentam para permanecerem e aproveitarem os cursos técnicos. Interferências causadas pelo machismo, racismo e múltipla jornada de trabalho.

Estrutura do TCC

Este trabalho foi estruturado em três capítulos além da introdução, conclusões, bibliografia e apêndices.

No primeiro capítulo encontra-se uma descrição da metodologia utilizada para realização da pesquisa, como as técnicas de coleta de informação e análise foram utilizadas para alcançar o objetivo, levantamento bibliográfico, obtenção dos dados necessários, entre outras informações metodológicas relevantes. Neste capítulo também se inclui uma apresentação do caso estudado, incluindo a caracterização da região administrativa de São Sebastião.

O segundo capítulo trata do referencial teórico necessário para a compreensão e contextualização do problema e foi organizado em torno das palavras-chave: desigualdade de gênero, desigualdade de raça, ensino técnico e acesso e permanência na vida acadêmica.

No terceiro capítulo apresentamos e analisamos os dados sobre acesso e permanência de estudantes nos cursos selecionados.

Por fim são apresentadas as considerações finais em que constam os principais resultados da pesquisa em relação à influência da desigualdade de gênero e raça no acesso e na permanência das alunas negras nos cursos técnicos.

1 - METODOLOGIA

O método utilizado foi o dialético materialista, pois permite verificar o tipo de relação, às contradições e as mediações das relações sociais de classe, de gênero e de relações raciais.

A investigação que embasa o TCC apresentado foi realizada fundamentalmente por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, com base em dados da instituição e de organismos públicos que registram a situação educacional de homens e mulheres no Brasil, como dados do Instituto Nacional de Estudos Educacionais (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Educação (MEC).

Segundo Lima (2007), a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico que visa buscar um caminho para tentar alcançar uma possível solução para a problemática da pesquisa. É feita para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, sendo importante para a formação de conhecimento, pois a temática a ser abordada é pouco explorada e o trabalho pode servir de referência para outras pesquisas.

Inicialmente, foi feita uma seleção de artigos e publicações científicas de acordo com o assunto das palavras chaves e expressões selecionadas, sendo elas: Desigualdade de gênero; Desigualdade racial, Ensino Técnico; Acesso e Permanência na vida acadêmica. Depois disto foi feita uma análise preliminar e organização dos textos científicos localizados, verificando quais apresentam maiores informações de acordo com o tema. Seguidamente foi realizada leitura crítica dos textos selecionados, e organizado o referencial teórico do estudo.

Quanto à coleta de dados sobre o IFB procedeu-se de acordo com LIMA (2007). Primeiramente, foi solicitada autorização para acesso aos dados institucionais (que se encontra em anexo acompanhada da resposta formal autorizando a utilização dos dados da instituição). Foi utilizada a técnica de análise documental com documentos institucionais, estatutos, dados do registro acadêmico como grade curricular dos cursos, números de evasões, regulamentações, projeto político pedagógico (PPP), planilhas com informações dos alunos. Os dados obtidos foram utilizados apenas para a realização do TCC.

Como o Campus é totalmente novo, no registro acadêmico não havia registros sistemáticos, tais como número de mulheres negras matriculadas, número de evasões, número de trabalhadoras, entre outros. Todos esses dados foram elaborados de acordo com as planilhas disponíveis. Algumas informações não foram possíveis de verificar, tais

como número e discentes com filhos, ou quantitativo de alunos que recebem auxílios. Contudo o estágio e o processo de pesquisa para o TCC ajudaram a construir sistemáticas de registro de dados acadêmicos, que poderão auxiliar o IFB em planejamentos futuros.

Na pesquisa científica que envolve seres humanos é necessário tomar cuidados éticos, primeiramente vale ressaltar que o código de ética do assistente social tem como princípios a liberdade como valor central, a defesa dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, aprofundamento da democracia, equidade e justiça, eliminação do preconceito, garantia do pluralismo (CFESS. 1993). Por isso, ainda que a pesquisa não trabalhe diretamente com as alunas dos cursos técnicos, não será feito um juízo de valor em relação a elas.

Para os trabalhos de pesquisa que incidem diretamente seres humanos é necessário seguir os procedimentos éticos estabelecidos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), devendo passar primeiramente pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (Brasil, 2012). A mesma resolução estabelece que seja elaborada uma resolução específica complementar para os estudos das ciências sociais e humanas, atendendo sua especificidade, porém até o momento de concluir o TCC a resolução específica não foi aprovada. Entretanto, como a pesquisa realizada utilizou-se apenas pesquisa bibliográfica e documental, não foi necessário passar pelos procedimentos do Comitê de Ética em Pesquisa para autorização.

1.1 - *Histórico do Instituto Federal de Brasília.*

O Instituto Federal de Brasília foi criado pela Lei nº 11.892 (Brasil, 2008) é um instituto de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi que oferece Educação Profissional gratuita, nas formas de Cursos de Formação Inicial e Continuada, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação que estão articulados com projetos de pesquisa e extensão.

No Distrito Federal (DF) existem 10 campi, localizados em Brasília, Gama, Estrutural, Taguatinga, Taguatinga Centro, Planaltina, Riacho Fundo, São Sebastião, Samambaia, Ceilândia. Hoje existem 354 *campi*, distribuídos em 321 municípios.

Figura 1 - Distribuição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no DF em 2015.



1 - *Campus Brasília*

2 - *Campus Gama*

3 - *Campus Planaltina*

4 - *Campus Riacho Fundo*

5 - *Campus Samambaia*

6 - *Campus São Sebastião*

7 - *Campus Taguatinga*

8 - *Campus Taguatinga Centro*

9 - *Campus Estrutural*

10 - *Campus Ceilândia*

Fonte: Manual do estudante, IFB, 2015a.

O IFB, assim como os outros Institutos Federais, faz parte de um processo de concretização das políticas nacionais para a educação, essas políticas são norteadas pela Política Nacional de Educação (PNE), pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e pela

Constituição Federal de 1988.

A instituição tem como instância deliberativa máxima o Conselho Superior, que é o órgão que aprova os regimentos, as diretrizes, plano pedagógico, planejamento orçamentário anual, alteração de currículo e cursos. O Conselho Superior aprovou em 2011 o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), em que norteia as ações de ensino que serão desenvolvidas, como as metas, objetivos e finalidades que o IFB deve alcançar, como exemplo estimular e apoiar os processos que levem à geração de renda e trabalho e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

O foco dos IF's é promover justiça social, equidade, desenvolvimento sustentável pensando na inclusão social, busca de soluções técnicas e geração de tecnologias novas, devendo responder de forma ágil as demandas por formação profissional que vem crescendo.

1.2 – Caracterização de São Sebastião

São Sebastião é a XIV Região Administrativa (RA) do Distrito Federal (DF), e se desenvolveu pelo comércio de areia, cerâmica e olarias que eram direcionadas para a construção da capital federal.

Para analisar o contexto socioeconômico de São Sebastião foi consultada a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD), realizada em 2010 e 2011 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN)¹.

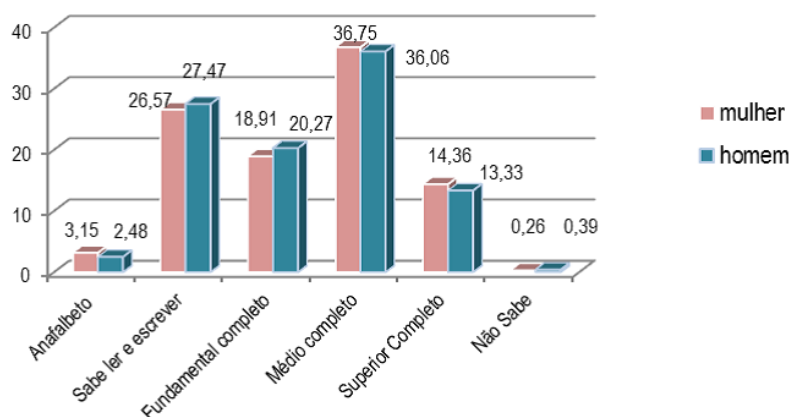
Atualmente a RA apresenta uma população de 71.779 mil habitantes em que 50,04% são referentes às mulheres, que tem as seguintes faixas etárias: 26,4% têm até 14 anos de idade, 21,7% tem entre 15 e 24 anos de idade, 46,5% tem entre 25 e 59 anos de idade e 5,2% tem 60 anos ou mais.

¹ Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2010/2011: <http://www.codeplan.df.gov.br/> acessado em outubro de 2015.

A renda média domiciliar da população é de 1.877,00 mensais e corresponde a 3,4 salários mínimos, tendo como renda per capita R\$ 501,00. As pessoas que recebem entre 2 e 5 salários mínimos se concentram em 43,7% e quem recebe até dois salários mínimos corresponde a 37,7% dos domicílios.

Com relação ao grau de escolaridade das mulheres do DF temos:

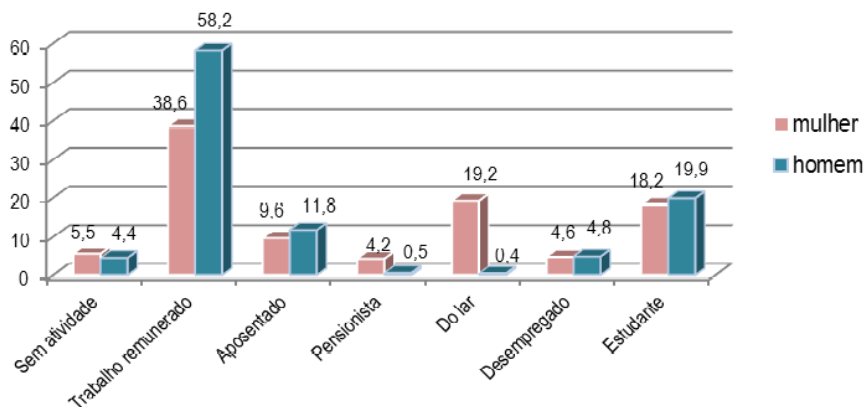
Gráfico 1: Percentual da população do DF por sexo e grau de escolaridade em 2011.



Fonte: CODEPLAN, PDAD, 2010-1011.

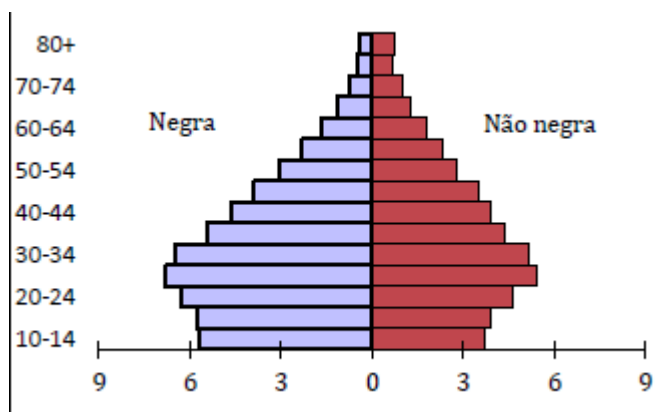
Na região 43,4% tem atividade remunerada, 3,3 estão aposentados, 4,7% estão desempregados. O percentual de mulheres que possuem trabalho remunerado é menor do que os homens, sendo 43,0%, 58,4% estão em atividades laborais, 52,5% estão entre as desempregadas.

Gráfico 2 - Percentual da população do DF por sexo e situação de atividade em 2011.



Fonte: CODEPLAN, PDAD, 2010-2011.

Gráfico 3 - Pirâmide etária de mulheres segunda raça ou cor no Distrito Federal em 2010.



Fonte: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP 2015.

De acordo com os dados da CODEPLAN, em relação ao nível de instrução em 2010 no DF 54,99% da população feminina declarou ser da raça/cor negra e 44,97% não negra. A maior concentração feminina está entre os 20 e 34 anos de idade, representando 34,71%, sendo 12,20% estão entre 25 e 29 anos de idade.

Em relação as que declararam sem instrução ou com fundamental incompleto, 63,94% são negras. Com fundamental completo e médio incompleto, 60,67% são negras.

Tabela 1 – Proporção de pessoas de 15 a 29 anos no Distrito Federal, por raça/cor, segundo condição de ocupação e estudo em 2012 e 2013.

Condição de ocupação e estudo	Pessoas de 15 a 29 anos (%)			
	Negros		Não negros	
	2012	2013	2012	2013
Só estudam	23,5	26,8	28,1	30,5
Só trabalham	44,8	42,2	41,2	38,2
Estudam e trabalham	13,8	13,6	14,7	15,8
Não trabalham nem estudam	17,9	17,4	16,0	15,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados elaborados pela CODEPLAN, 2014.

Os dados mostram a condição de ocupação e estudo no ano de 2012 e 2013, a maioria dos negros encontram-se na categoria 'só trabalham' com 44,8%, e os não negros com 41,2%, 23,5% 'só estudam', enquanto 28,1% são não brancos, 17,4% e 15,4 % respectivamente não trabalham e não estudam.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

A questão central desta pesquisa é sobre como a desigualdade de gênero e raça influencia na permanência das alunas negras dos cursos técnicos do IFB CSSB. Diante essa situação, pretende-se entender o histórico dos cursos técnicos na instituição e a relação com as mulheres negras a partir da revisão de literatura científica relevante em torno das palavras-chave.

2.1 Desigualdade de Gênero

De acordo com o glossário incluído em Yannoulas (2003:321), a categoria gênero vem do latim “genus” que faz referência ao código de conduta da organização social das relações entre homens e mulheres. Gênero é o modo como as culturas se organizam em relação a diferença sexual. Sua principal característica é ter a possibilidade de mudar na relação entre homens e mulheres por meio do tempo, em diversas culturas o gênero é compreendido como masculino e feminino de forma hierarquizada, em que o masculino é considerado superior sendo mais valorizado do que o feminino, quando esta questão é debatida pretende-se transformar a construção social e cultural das relações de gênero com o intuito de eliminar as discriminações colocadas.

De acordo com Marx (1998) o trabalho é a ação do ser humano de transformar a natureza para suprir suas necessidades básicas produzindo materiais com valor de uso e o que o diferencia dos animais é a capacidade de criar algo novo por meio da ideação.

No modo de produção capitalista o ser humano produz para além de suas necessidades básicas, visando o valor e troca. Surge então a classe burguesa e a proletária em que a burguesia explora a classe trabalhadora em busca de mais valia, lucro, então o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de salário e o que ele produz não pertence a si.

Já apontado por Marx e Engels (1983), a forma original ou primitiva da divisão do trabalho foi a diferenciação das atividades postas aos homens e as mulheres. Tendo em vista que existem papéis diferenciados culturalmente outorgados para homens e mulheres, e que a partir da revolução industrial até os dias de hoje as mulheres desenvolvem atividades tanto do trabalho reprodutivo como produtivo, atualmente as mulheres ainda trabalham em

situação de muita precarização e com salários mais baixos quando relacionados aos homens.

Bandeira (2013:13) aponta que:

[...] há uma densa segregação sexual das ocupações, as quais tendem a reproduzir estereótipos e desigualdades entre homens e mulheres, como elemento importante da informação. Embora a divisão sexual do trabalho seja “plástica”, isto é, sua dinâmica se altera isso não assegura que a feminização do mercado de trabalho não possa vir a ocorrer como consequência dos processos de precarização, assim como da vulnerabilidade das condições de trabalho, sendo estes mais direcionados às mulheres [...].

FRANÇA e SCHIMANSKI (2008) nos permitem realizar uma contextualização histórica da inserção das mulheres no mercado de trabalho capitalista, analisando como a dupla jornada de trabalho interfere no contexto familiar, a divisão das tarefas domésticas e as dificuldades para relacionar o trabalho e as atividades de casa. O estudo coloca em evidência a sobrecarga de responsabilidades das mulheres em relação aos homens, sendo as mulheres as responsáveis pelos cuidados familiares e domésticos além de suas atividades econômicas e educacionais.

Os movimentos feministas e de mulheres lutaram pelo acesso a educação, viam o acesso ao conhecimento e instrução uma forma de emancipar as mulheres das limitações em que se encontravam e romper com os mecanismos de dominação e opressão de gênero. Por meio da educação alcançariam a liberdade, direitos sociais e políticos; o trabalho remunerado e a profissionalização permitiriam desenvolver o poder econômico que as levariam a autonomia.

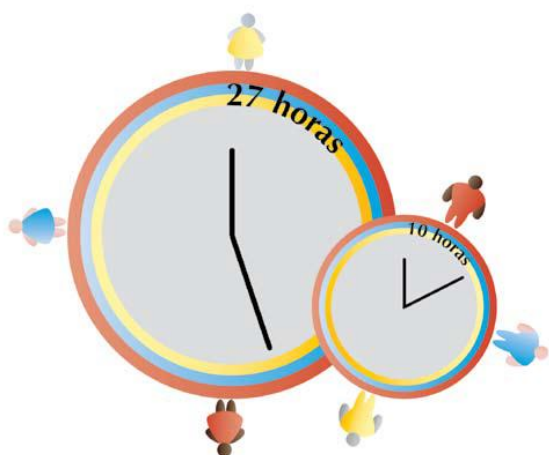
O acesso conquistado mostra, entretanto, mais um complexo mecanismo de opressão, pois as escolas feitas para profissionalizá-las repetem um viés voltado para a vida doméstica, e assim foram vistas como as esposas educadas que conhece as necessidades dos filhos e do marido. Mas deveria também ser oferecida uma profissão em que não fosse contra os costumes do dito principal trabalho feminino sendo o casamento, a reprodução e o cuidado com a casa. Então passaram a exercer o ofício de professoras de crianças após terminar a escola normal e se habilitar para o magistério (Yannoulas, 1996).

É com a luta das mulheres que hoje existem direitos constitucionais, como direito ao

voto, a educação, trabalho, de igualdade de direitos entre homens e mulheres. Entre outros aspectos, é necessário apontar o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. A pesquisa do IPEA (2011:24) mostra esse aumento: em 1996, 46% das mulheres estavam trabalhando e em 2007 aumentou para 52,4%, porém ainda é inferior aos homens que alcançaram 72,4%.

A ampliação da participação no mercado de trabalho e desenvolvimento produziu nova consciência feminina, desde as primeiras lutas que trouxeram algumas conquistas na educação e no trabalho, mas trouxe também a dupla jornada de trabalho. A socialização impõe trabalhos específicos para homens e outros para mulheres, os homens ligados à esfera produtiva e as mulheres na esfera reprodutiva. Além disso, quando as mulheres são inseridas no mercado de trabalho acabam assumindo uma dupla jornada, pois além do trabalho assalariado tem o trabalho doméstico que é considerado tarefa feminina e não foi apropriada pelos homens.

Figura 2 - Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos, pela população de 16 anos ou mais, segundo sexo em 2007.



Fonte: IPEA (2011:36).

A figura acima mostra o quanto é diferente o uso do tempo para fins de atividades

domésticas entre homens e mulheres. Na revista do IPEA (2011:35) mostra que em 2007 89,9% das mulheres com 16 anos ou mais cuidavam de afazeres domésticos dedicando em média 27,2 horas por semana, enquanto 50,7% dos homens faziam dedicando 10,6 horas.

As mulheres em ocupação gastam entre 22,3 horas por semana enquanto homens inativos gastam 13,7 horas. Mesmo as mulheres ocupando postos de trabalho continuam gastando mais tempo em serviços domésticos que não são valorizados. Isso por conta da naturalização das atividades consideradas femininas e pela divisão sexual do trabalho. Isto é uma questão que implica a qualidade de vida das mulheres, pois gasta o tempo com atividades remuneradas e não remuneradas o que diminui o tempo para atividades de lazer, interação social, dedicação a educação, cultura e para descanso.

A inserção das mulheres em postos de trabalho é de grande interesse para o sistema capitalista, muitos postos foram abertos, mas o salário é inferior ao dos homens, estão em empregos precários e intensificados. Por conta dos papéis impostos e pela desigualdade de gênero que são baseados por constatar que a mulher é mais frágil, delicada, tem instinto materno, e é inferior, foi considerado que as atividades femininas sejam concentradas em serviços pessoais, saúde, educação e cuidado, e por isso os postos de trabalho também são voltados para estas áreas, a começar pelos cursos escolhidos que geralmente são da área de humanas.

2.2 Desigualdade Racial

De acordo com Jaccoud et al (2009), até as primeiras décadas do século XIX, em Portugal e nas colônias portuguesas, o termo raça estava associado a religião e a descendência. As teorias raciais surgem no século XIX na Europa e nos Estados Unidos para explicar as origens das pessoas, o Brasil mostrou aceitação destas teorias entre 1970 e 1930, que tinha como argumentação a relação com o biológico em que diz que as características das pessoas estão relacionadas com a capacidade intelectual, então coloca os brancos como sendo superiores e mais capazes intelectualmente.

Assim a ideologia racista deste período permitiu a naturalização das desigualdades raciais, surgindo assim a tese do branqueamento que se baseava em embranquecer a população por meio da miscigenação em busca de um ideal branco até chegar ao desaparecimento da população negra.

Após 1930 o projeto de branqueamento foi substituído pela ideologia da democracia

racial que trouxe a recusa do determinismo biológico e a valorização do aspecto cultural. O mito da democracia racial enfraqueceu as hierarquias raciais e permitiu a valorização do povo brasileiro. Mas por um lado a democracia racial buscava desfazer a hierarquia social relacionada com a identificação racial e por outro continuava reforçando o ideal do branqueamento por meio da mestiçagem.

Em 1964 até o fim da década de 1970 houve um grande movimento da militância antirracista. A denúncia do racismo estava associada com a questão de respeitar a cultura dos descendentes africanos e da afirmação de sua identidade.

A Constituição Federal levou o tema da discriminação racial, da diversidade cultural e do reconhecimento dos direitos da população remanescente de quilombos com algo em destaque. Torna crime inafiançável e imprescritível de acordo com o artigo 5º, reconhece os territórios quilombolas como bens culturais nacionais de acordo com o artigo 216 e afirma diversidade cultural como patrimônio comum a ser valorizado e preservado.

Porém somente em 2001 por conta da mobilização realizada na III Conferência Mundial Contra o Racismo que o Brasil se compromete em implantar políticas de Estado de combate ao racismo e de redução das desigualdades raciais.

Paula e Heringer (2009) diz que a partir de 2003 destacou-se a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social (Seppir). A Seppir tem como referência política o programa Brasil Sem Racismo que implementa ações de políticas públicas nas áreas do trabalho, emprego e renda, cultura e comunicação, educação, saúde, quilombos, mulheres negras, juventude, segurança e relações internacionais. As outras colocam que as dificuldades da Seppir em cumprir suas ações vêm das questões internas do governo que restringem e limitam as atividades, como orçamento não suficiente, existência de discordância sobre o peso da discriminação racial em relação aos fatores que geram e compõem as desigualdades.

Theodoro et al (2008) aborda a questão racial, contribuindo com conhecimento sobre a problemática da desigualdade racial e seu enfrentamento por meio de políticas públicas. Faz uma análise histórica que leva para as ocupações do atual mercado de trabalho no país, reconhecimento da discriminação racial e a divisão de postos de trabalho, apresenta dados da PNAD, e avalia as políticas públicas desenvolvidas a partir dos anos 90.

Como vimos, as pessoas vivem em uma sociedade machista em que culturalmente

são impostas atividades laborais e espaços diferenciados para cada gênero, as mulheres são destinadas ao âmbito privado enquanto os homens para o âmbito público, em que é de responsabilidade da mulher a organização da vida doméstica e da reprodução. As mulheres negras, além disso, sofreram com o processo de escravidão com subordinação às famílias brancas, em que após a abolição resultou em exclusão no processo de inserção no sistema capitalista em que as mulheres negras ocupam os cargos de trabalho mais precarizados com os menores salários.

No século XIX e XX foram organizados os movimentos feministas e de mulheres para lutar contra a desigualdade de gênero, a opressão, a discriminação, a violência contra as mulheres. Percebendo que existem demandas diferentes para as mulheres negras é organizado o feminismo negro que emerge a situação específica de ser mulher, negra e em geral pobre. É importante ressaltar a questão do feminismo negro porque, historicamente, enquanto as mulheres brancas lutavam por ter direitos, as mulheres negras ainda estavam lutando pela libertação do sistema escravista.

As mulheres negras sofrem uma dupla discriminação, tanto com o sexismo quanto com o racismo que gera a exclusão social, sofrem vários tipos de violência, fazendo com que elas tenham pouco acesso ao capital cultural, à educação de qualidade, acesso a emprego, pois sofrem discriminação pela cor de sua pele, cabelo e outras características que fogem do padrão branco. As mulheres negras demoraram um pouco mais para se inserir no trabalho formal, pois por muito tempo elas trabalharam como empregadas domésticas, o que hoje em dia ainda é algo comum.

Paula e Heringer (2009) relata sobre a imagem e a identidade das mulheres negras no Brasil que tem sido marcadas pelo trabalho sendo constantes desde o processo escravista até os dias atuais. As mulheres negras assumem diferentes postos de trabalho em precárias condições, a atuação no setor de serviços tem maior destaque e geralmente são exercidas de maneira informal e em condições de exploração com baixos rendimentos, dentre estas atividades o trabalho doméstico se destaca entre as mulheres negras.

No sistema capitalista a atuação profissional é fundamental para os indivíduos quando relacionado com a questão de autonomia, reconhecimento, acesso aos bens necessários, porém a inserção dos indivíduos se dá de forma desigual, os homens, as mulheres, brancos e negros tem acesso e permanência no mercado de trabalho diferenciado. As mulheres negras se encontram em ocupações de grande precariedade, a

taxa de desocupação revela a desigualdade de gênero e raça, as mulheres negras ficaram com 12,2%, comparado com as mulheres brancas que ficaram com 9,2%, os homens negros com 6,4% e 5,3% para os homens brancos.

A raça associada ao gênero interfere para uma grande desigualdade salarial e no desemprego, como mostram as figuras a seguir:

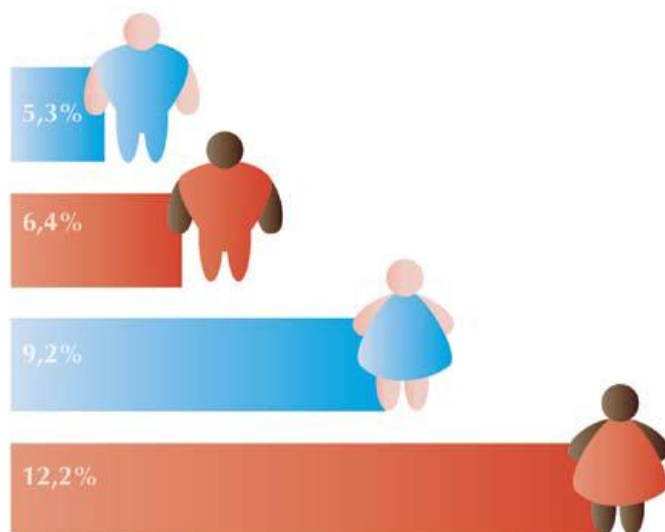
Figura 3 - Renda média da população, segundo sexo e cor/raça em 2007.



Fonte: IPEA (2011:34).

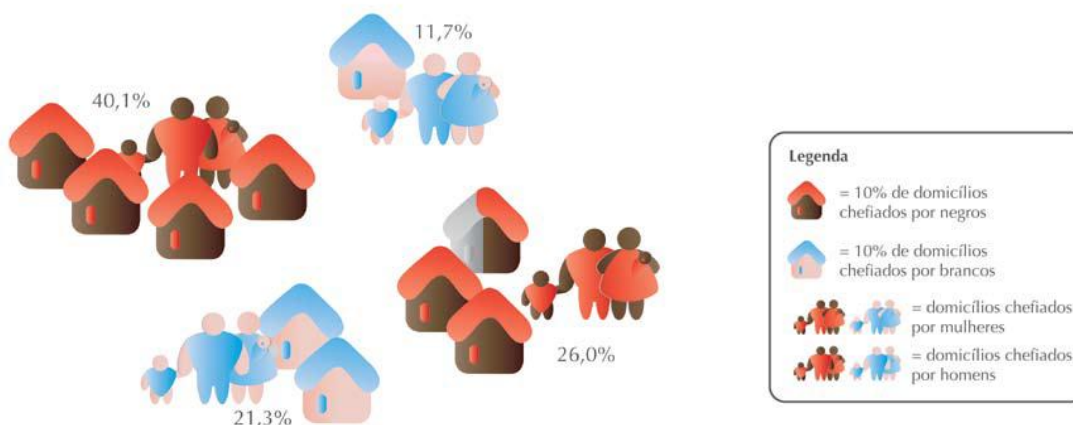
A figura abaixo mostra como a inserção da mulher no mercado de trabalho é inferior a dos homens, principalmente a mulher negra que tem a maior porcentagem em relação à taxa de desemprego.

Figura 4 - Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça em 2007.



Fonte: IPEA (2011:26).

Figura 5 - Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do chefe em 2007.



Legenda

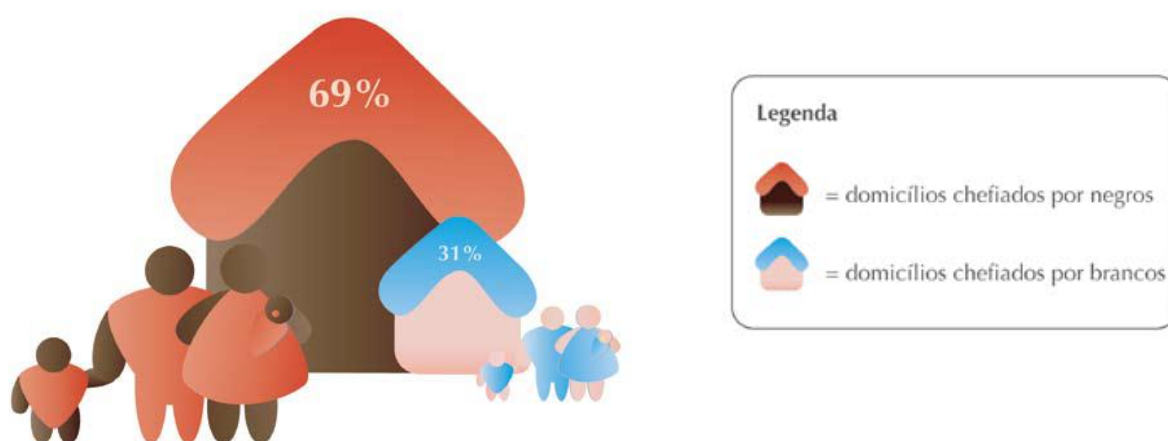
- = 10% de domicílios chefiados por negros
- = 10% de domicílios chefiados por brancos
- = domicílios chefiados por mulheres
- = domicílios chefiados por homens

Fonte: IPEA (2011:30).

Para obter os dados da figura acima o IPEA (2011) usou a quantidade e distribuição dos domicílios de acordo com as características do chefe de família, proporção de domicílio com

acesso ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, localização em assentamentos subnormais. Pode-se observar que 40% dos domicílios são chefiados por homens negros, 26% por mulheres negras, 21,3% por homens brancos e 11,7 por mulheres brancas. Mostra que a maior percentual da população negra vivendo em favelas, o que coloca mais uma vez que estas pessoas estão em maior vulnerabilidade social.

Figura 6 - Distribuição dos domicílios que recebem Bolsa Família, segundo cor/raça do chefe no ano de 2007.



Fonte: IPEA (2011:24).

A figura acima mostra que as famílias chefiadas por mulheres negras se encontram em maior vulnerabilidade social, pois 69% dos domicílios chefiados por negros recebem Bolsa Família enquanto 31% dos que recebem o benefício são chefiados por brancos.

2.3 Ensino Técnico

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFB (2014c), a

educação profissional, científica e tecnológica se inicia em 1909, com 19 escolas de Aprendizizes e Artífices criadas por Nilo Peçanha, que deu origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET).

O Estado usou como justificativa para a criação das Escolas de Aprendizizes Artífices viabilizar condições para a classe proletária garantir meios de sobreviver, então foram criados pensando na população mais pobre visando a inserção no mercado de trabalho e progresso industrial.

De acordo com Cunha (1971) a partir da década de 50 ocorre um crescimento capitalista no país que passa de pequenos proprietários para grandes proprietário e monopólios, neste período as grandes empresas multinacionais entram no país necessitando de mão de obra qualificada para ocupar os cargos hierárquicos, burocráticos e com novas tecnologias.

Sendo assim foi preciso preparar os trabalhadores para atender as novas necessidades capitalistas, por meio da submissão da educação para o mercado de trabalho, ou seja, o trabalhador precisava se capacitar de acordo com os critérios e habilidades que os cargos ocupacionais exigem na nova fase do desenvolvimento capitalista.

A partir da década de 1950 o setor industrial ganha mais impulso com as multinacionais se instalando no país, assim o Brasil se torna dependente do capital internacional que exige investimentos em uma nova qualificação de mão de obra. Então a Rede Federal é ampliada e acordos internacionais são feitos para o aumento da educação profissional.

O ensino médio profissionalizante se torna subsequente à educação de nível médio com a Lei 9.394/1996 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da Educação Nacional, ou seja, só poderiam acessar o ensino técnico depois de cursar a educação básica, assim os filhos da classe trabalhadora levariam mais tempo de escolarização para adquirir um diploma de curso técnico.

Com o Decreto 5.154/2004, a ideia de integrar o ensino médio com o ensino profissionalizante é retomada, em 2008, a Lei 11.741 coloca a dupla equivalência ao ensino médio profissionalizante, o aluno poderá realizar o ensino médio ao mesmo tempo em que faz o ensino técnico.

Em 1995 o ministério da Educação mostrou a intenção de realizar uma mudança no

ensino técnico - profissional do país porque as Escolas Técnicas Federais (ETF'S) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET'S) estavam apresentando problemas como custos elevados, número limitado de vagas, dificuldade de acesso dos alunos trabalhadores e de baixa renda e cursos de longa duração.

O Estado passa a ter uma postura mais progressista com relação à educação na primeira década do século XXI, investindo nas instituições de ensino federais. Neste período há uma reformulação da Rede Federal, aumenta as unidades de ensino e com a Lei 11.892/08 coloca a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia (IFs) que ofertam ensino público e gratuito.

Figura 7 – Cenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil de 2002 até 2010.



Fonte: TAVARES (2012:15).

O Decreto 22.08, de 17 de abril de 1997, regulamentou as disposições da Lei de Diretrizes e Bases sendo o principal instrumento jurídico da Educação Profissional. Este Decreto relata os objetivos da educação profissional em que diz que esta modalidade de educação é um meio de articulação entre escola e o mundo do trabalho tendo a função de qualificar, requalificar e reprofissionalizar os trabalhadores em geral.

Os objetivos estabelecidos são definidos entre níveis de educação profissional, nível básico para trabalhadores jovens e adultos independente da escolaridade, nível técnico para jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio e o nível tecnológico para formação superior.

O Decreto 5154/2004 regulamenta o parágrafo do artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases e revoga o Decreto 2208/97. Este Decreto visa o funcionamento da educação profissional por meio de cursos e programas em três planos: formação inicial e continuada de trabalhadores inclusive integrada com a educação de jovens e adultos, educação profissional de nível médio e educação profissional de graduação e pós graduação.

Quadro 1 – Síntese do período Retomada da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (2003-2010).

<p>Cenário político, econômico e social.</p>	<p>O governo Lula, que foi sucedido pela Presidenta Dilma Rousseff, foi marcado pelo grande volume de programas sociais voltados às camadas mais pobres da população. A conquista de relativa estabilidade econômica e a descoberta de grandes reservas de petróleo criou a expectativa de crescimento da economia no médio e longo prazo. Apesar de pertencerem a um partido de esquerda, estes governos mantiveram a transferência de serviços essenciais à população, como educação, por exemplo, para a iniciativa privada. Se antes prevaleciam as privatizações, agora se estabelecem parcerias público-privadas, mediante o repasse de verbas públicas para que empresas privadas exerçam algumas das funções do Estado, como continua ocorrendo com o ProUni e passa a ocorrer com a criação do PRONATEC (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012).</p> <p>Extingue-se o dispositivo legal que proibia a instalação de novas Escolas Técnicas mantidas pela União e revoga-se o Decreto 2.208/97, o que motivou muitas instituições de ensino a retomarem a oferta de Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica passa por uma expansão e é reconfigurada a partir da criação dos IFs. Paralelamente, ocorre um processo de expansão das universidades federais. De acordo com dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, de 2003 a 2008 foram implantadas 12 novas</p>
--	---

	universidades federais (ANDIFES, 2008).
Papel da Educação Profissional	Promover o desenvolvimento do país por meio da oferta à população de ensino, pesquisa e extensão, em sintonia com as demandas dos Arranjos Produtivos Locais. Formar professores para suprir a carência de profissionais habilitados enfrentada pela educação básica, sobretudo na área de Ciências. Formar técnicos, tecnólogos e engenheiros em áreas específicas, de modo a contribuir para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia nacional.
Público alvo da Educação Profissional	Jovens e adultos da classe trabalhadora e parte da classe pequeno-burguesa ou classe média que historicamente não tiveram acesso à Educação Profissional e Superior públicas.
Aproximação entre Educação Profissional e ensino propedêutico	Embora presente em suas diretrizes e concepções uma proposta de educação integral, que aproxime e integre conhecimentos gerais e específicos, o Estado realiza, contraditoriamente, mais uma bifurcação no sistema educacional brasileiro. Se no ensino secundário o estudante já se deparava com dois caminhos, o da preparação para o vestibular e o da profissionalização, parece que a criação de Institutos Federais ocasionou este mesmo processo no Ensino Superior. Não se sabe ainda, contudo, se estes dois caminhos se apresentarão como escolas diferentes para classes sociais distintas ou se futuramente serão instituições de ensino equivalentes e equiparadas em termos de condições de acesso pelos estudantes, qualidade do ensino e finalidade institucional.

Fonte: Fonte: TAVARES (2012:15).

Foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) os institutos federais pensando em um novo modelo de educação profissional e tecnológica a partir dos CEFETs, estes institutos influenciariam o país a atingir condições para o desenvolvimento educacional e socioeconômica

Coloca que o foco passaria a ser a justiça social, equidade, competitividade econômica e a geração de novas tecnologias e responderia a necessidade da formação profissional. Os Institutos Federais ofertam todos os níveis e modalidades da educação profissional, assumindo responsabilidade com o desenvolvimento integral dos trabalhadores articulando com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) coloca como objetivo os aspectos conceituais e os princípios norteadores que orientam a implantação e implementação dos Institutos, o que contribui para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de cada Instituto.

Os cursos técnicos foram feitos, a princípio, apenas para o público masculino, pois as mulheres ainda não tinha o direito a educação viabilizado, e foram inseridas muito tempo depois.

2.4 Acesso e Permanência na Vida Acadêmica

De acordo com o guia metodológico do programa Mulheres Mil (MEC, 2014:04):

Chama-se de acesso o processo de aproximação e de estabelecimento da comunidade que resulte em inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais e como consequência sua participação efetiva no processo de formação, elevação de escolaridade e de inserção no mundo do trabalho.

Os serviços de acesso incluem ações de busca e de ingresso. Ações de busca são aquelas que iniciam o diálogo com a comunidade permitindo que as instituições conheçam e se aproximem daquela realidade, identificando suas necessidades, desafios e demandas, e permitindo assim, a definição de suas políticas e diretrizes.

3 - CAMPUS SÃO SEBASTIÃO E CRIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS

O IFB Campus São Sebastião teve autorização para funcionamento em julho de 2011, como não tinha espaço definitivo para se instalar ficou funcionando em local provisório chamado Centro de Múltiplas Funções (CMF) e as aulas eram realizadas em uma escola próxima chamada Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo em que foi feita uma parceria com o IFB, a escola oferta as aulas no período matutino e vespertino para o ensino fundamental e no período noturno o instituto poderia ofertar seus cursos.

A princípio o Campus tinha apenas quatro professores em exercício com uma organização de processo seletivo para contratar 13 professores temporários, então em 11 de outubro de 2011 o CSSB começou a oferecer os primeiros cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), sendo Auxiliar de Secretariado e Auxiliar Administrativo. Neste período também se iniciou a construção dos planos de ensino dos cursos técnicos em Secretariado e em Secretaria Escolar.

No início de 2012, o CSSB oferecia vagas em seis cursos de formação inicial sendo Inglês Básico, Espanhol Básico, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Secretariado, Auxiliar de Secretaria Escolar e Vendas. Em seguida foi ofertado o curso semipresencial de Prevenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas no Ambiente de Trabalho tendo com parceria da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e dos Correios e neste mesmo semestre se iniciou o curso FIC de Cuidador de Idosos.

De acordo com o Plano de Curso de 2014ab dos cursos subsequentes, o objetivo do IFB é reverter a carência de mão de obra especializada nas várias áreas de conhecimento, e continuar viabilizando a educação profissional em vários níveis e aumentar o desenvolvimento regional.

O Campus de São Sebastião foi feito com intenção de suprir a carência da educação profissional na Região Administrativa (RA). Os cursos subsequentes selecionados para oferta são: Técnico em Secretariado e Técnico em Secretaria Escolar, que vem ao encontro de uma demanda crescente no mercado de trabalho e satisfaz os anseios dos moradores expressos nas audiências públicas.

Porém, foi percebido que as audiências públicas foram realizadas já com um direcionamento de cursos a serem escolhidos, os projetos de curso são formulados com

base nas possibilidades, interesse e formação do corpo docente que estava presente no momento das audiências com a população, então não necessariamente os cursos técnicos selecionados são demandas da comunidade.

Os Cursos técnicos subsequentes do Campus se enquadram no Eixo Tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social, que faz parte do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Houve a expansão do IFB para outras RA's, e foram escolhidas as regiões que continha alto nível populacional, baixo índice e desenvolvimento sócio econômico e que fosse proporcional com uma distribuição geográfica do Instituto do DF com alcance abrangente. Então São Sebastião foi escolhida para implantação de um dos Campus.

O Projeto Político Pedagógico – PPP (2015:21c) coloca que o Instituto visa incentivar práticas pedagógicas que possa promover a integração entre o conhecimento propedêutico e o técnico, fazendo com que possibilite a formação de alunos com consciência crítica e contribua para a formação da cidadania.

A criação de um grêmio estudantil e de um centro acadêmico seria fundamental para o exercício da cidadania porque são ambientes de socialização, aprendizagem, convivência e de responsabilidades, é um meio de participação dos alunos na vida escolar, porém ainda não foi organizado no Campus.

Os alunos do Campus são diversos, não tem um padrão de idade ou um perfil para todos, mas é colocado no PPP que no geral são trabalhadores que tem histórico escolar comprometido e tem dificuldades do contexto social como o desenvolvimento escolar precarizado, abandono ou afastamento precoce por precisão de ingressar no mercado de trabalho, sendo que vários alunos, em maioria as alunas, dividem o tempo de estudo com o trabalho e responsabilidades familiares.

Assim as dificuldades vivenciadas pelos alunos e alunas que comprometem as possibilidades de obter sucesso na vida acadêmica, de acordo com o que consta no PPP (2015:22), são:

- Defasagem no domínio de conhecimentos básicos que se constituem como suporte para o desenvolvimento de conteúdos referentes às etapas de

escolaridade oferecidas;

- Comprometimento de aspectos relacionados a estrutura cognitiva e a hábitos escolares/acadêmicos considerados necessários para a construção de conhecimentos;
- Conhecimento de mundo, vivências e experiências culturais restritas que limitam a compreensão ampliada das propostas dos cursos ofertados.

Porém existem outras dificuldades que podem comprometer o sucesso escolar, como por exemplo, a desigualdade de gênero e raça, já que o que mais chama atenção na instituição é que o corpo discente que é constituído de público majoritariamente feminino, essa tendência é entendida porque a oferta é de cursos em que tem atuação profissional é executada por mulheres.

De acordo com Nosella (1998), historicamente o processo de escolarização no Brasil, do ensino básico e do superior, é marcado por um modelo classista, de atendimento apenas para grupos privilegiados, então uma ideia de uma educação que vise a democratização do conhecimento, passa por uma ampliação de oferta e das condições de acesso, mas é preciso buscar alternativas para a inclusão, para a permanência e êxito no processo de aprendizagem.

As evasões do Campus têm sido trabalhadas por uma ação conjunta das áreas de ensino, como a Política de Assistência Estudantil (PAE) que é norteadada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que trabalha meios para viabilizar a permanência, a promoção à inclusão social e a redução das evasões dos alunos.

O plano Nacional de Assistência Estudantil busca viabilizar a permanência e a conclusão do curso dos discentes que se encontram em vulnerabilidade social e apresentam dificuldades para dar continuidade em sua vida acadêmica, evitando assim evasões decorrentes de dificuldades financeiras.

A questão financeira é colocada de forma primordial nas documentações com objetivo de buscar igualdade de condições entre os alunos, porém existem outras questões relevantes para a igualdade e permanência como a cultura, esporte, lazer, saúde educação básica de qualidade. Isto dificulta a visibilização das ações profissionais, pois muitas vezes são vistas apenas como meio de viabilizar auxílios.

Dentre as ações da assistência estudantil encontra-se o auxílio permanência que visa contribuir para o bom desempenho acadêmico, este auxílio é utilizado no CSSB e apresenta falhas em sua implementação, pois é um processo burocrático, não é suficiente para todos os alunos que dele necessitam, devem cumprir o mínimo de presença mensal mesmo sem estar recebendo o auxílio, não é efetuado o pagamento com regularidade, logo existem atrasos sendo que o valor ainda é baixo. Tudo isso dificulta na permanência e não contribui totalmente contra as evasões.

3.1 - Dados sobre os cursos subsequentes do IFB Campus São Sebastião

A grade curricular do curso Técnico Subsequente em Secretaria Escolar e Secretariado são organizados por meio da estrutura curricular por módulos sequencias que consta nos Planos de Curso (2014:16):

- Atender a demanda do mercado e da sociedade em geral;
- Conciliar a demanda identificada com a capacidade institucional do Instituto Federal de Brasília e do Campus São Sebastião;
- Identificar as competências gerais e específicas da área profissional;
- Gerenciar o perfil de técnico em secretaria escolar na área administrativa, organizacional, educacional e de relações interpessoais;
- Atender aos requisitos relativos à ética, gestão secretarial, processo de informação.
- Propor uma qualificação curricular que permita um desempenho profissional ao término dos três últimos módulos, possibilitando a certificação intermediária.

Não é falado da questão de gênero e raça em relação à organização da grade curricular.

O Plano de Curso coloca que a metodologia proposta para organização do currículo está ligada com a fundamentação didática pedagógico que auxilie no trabalho docente, porém o trabalho deve levar em consideração as características dos alunos, o desenvolvimento da formação técnico profissional e conhecimentos que apoiam o acesso aos saberes profissionais. Então a organização do trabalho deve ter as seguintes ações (Plano de Curso, 2014:17) :

- Conhecer e respeitar a diversidade presente no contexto escolar, considerando a realidade do aluno como referência para o desenvolvimento do processo educativo;

- Desenvolver processos de aprendizagem que considerem as experiências e habilidades prévias dos estudantes para a construção de novos conhecimentos;
- Relacionar conhecimentos gerais, técnicos e científico com a prática observável na vida do aluno e no espaço de trabalho.
- Organizar propostas de trabalho que conduzam o aluno à aprendizagem significativa;
- Favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares, viabilizando sua aplicação no cotidiano e na atividade profissional do estudante;
- Articular conhecimentos de diferentes áreas para a resolução de problemas ou construção de hipóteses que permitam ao estudante relacionar disciplinas e áreas de conhecimento para a compreensão da realidade;
- Desenvolver propostas de trabalhos que auxiliem o aluno na transformação das informações oriundas de diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio;
- Aplicar conhecimentos e técnicas em sua atuação profissional.

Nas ações colocadas não cita a questão de gênero e raça, porém cita a questão de conhecer e respeitar a diversidade presente no contexto escolar que deve levar em consideração a especificidade das mulheres negras.

Tabela 2 – Discentes dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014)

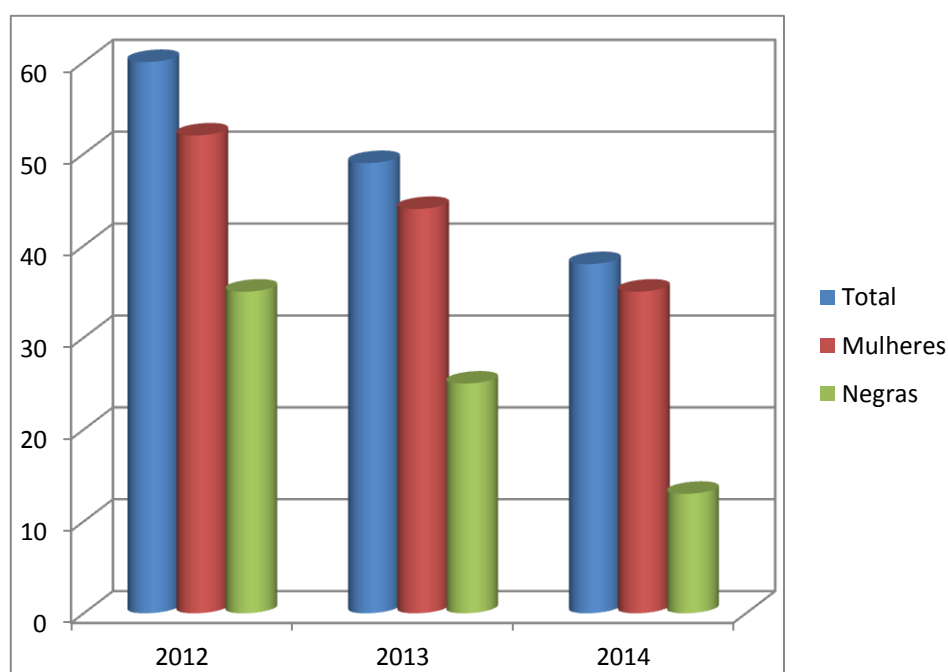
Ano Acadêmico	Total de discentes dos cursos subsequentes - IFB/CSSB	Mulheres	² Negras		
		Nº	%	Nº Negras	% Negras
2013	202	175	86,63 %	107	61,14%
2014	161	147	91,30%	103	70,06%

Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados no Registro Acadêmico do IFB/CSSB. ³

² Negras segundo IBGE é composto por pretas e pardas.

³ Os dados apresentados são referentes ao segundo semestre de cada ano.

Gráfico 3 - Discentes dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014).



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados no Registro Acadêmico do IFB/CSSB.

A tabela acima apresenta dados referentes ao quantitativo de alunos (as) com foco nas estudantes negras do Campus. Os dados colhidos mostram que em 2013 e 2014 o número de mulheres é predominante, sendo respectivamente 86,63% e 91,30% e dentre o número de mulheres 61,14% e 70,06% respectivamente são mulheres negras.

Percebe-se então que houve um crescimento da porcentagem de mulheres negras em 2014, mostrando assim que elas são maioria dentre os discentes nos dois anos.

Tabela 3 – Discentes em situação de evasão dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014).

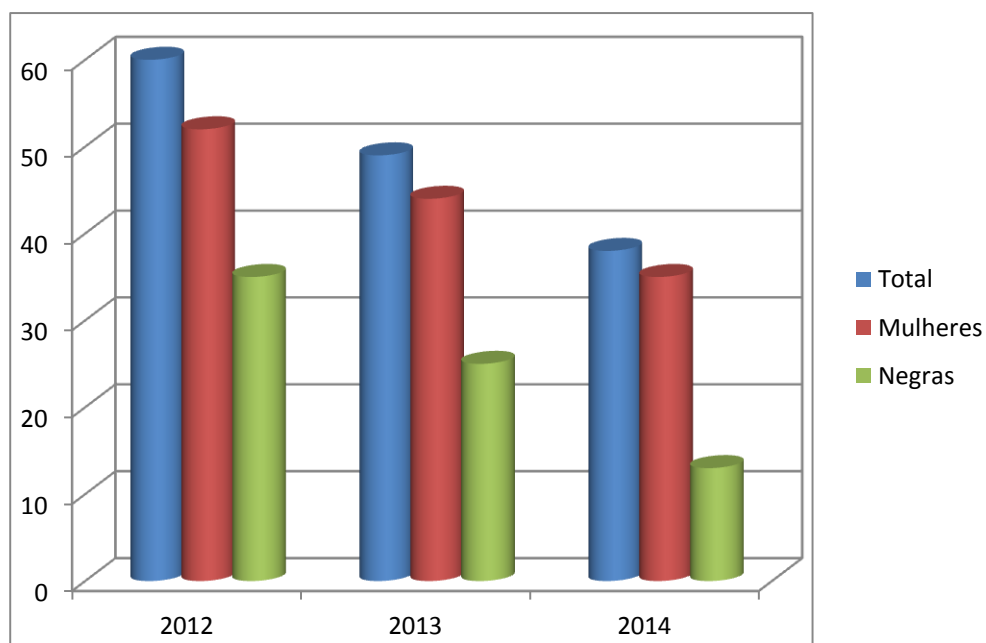
Ano Acadêmico	Total de evasões	Evasão de mulheres	Evasão de mulheres ⁴ negras			
		Nº	%	Nº	%	
2012	60	49	81,66%	38	77,55%	
2013	52	44	84,61%	35	79,54%	
2014	35	25	71,42%	13	68,42%	

Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados no Registro Acadêmico do IFB/CSSB. ⁵

⁴Negras segundo IBGE é composto por pretas e pardas.

⁵Os dados apresentados são referentes ao segundo semestre de cada ano.

Gráfico 5 - Discentes em situação de evasão dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014).



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados no Registro Acadêmico do IFB/CSSB.

A tabela acima mostra dados referentes ao quantitativo de evasões. Dentre o número de evasões de mulheres percebe-se que a maioria são mulheres negras. A evasão referente às mulheres foi 81,66% em 2012 sendo 77,5% negras, 84,61% em 2013 sendo 79,54% negras e 71,42% em 2014 sendo 68,42% negras. Houve uma queda de evasões quando analisado desde 2012 que foi o ano de início da implementação dos cursos subsequentes.

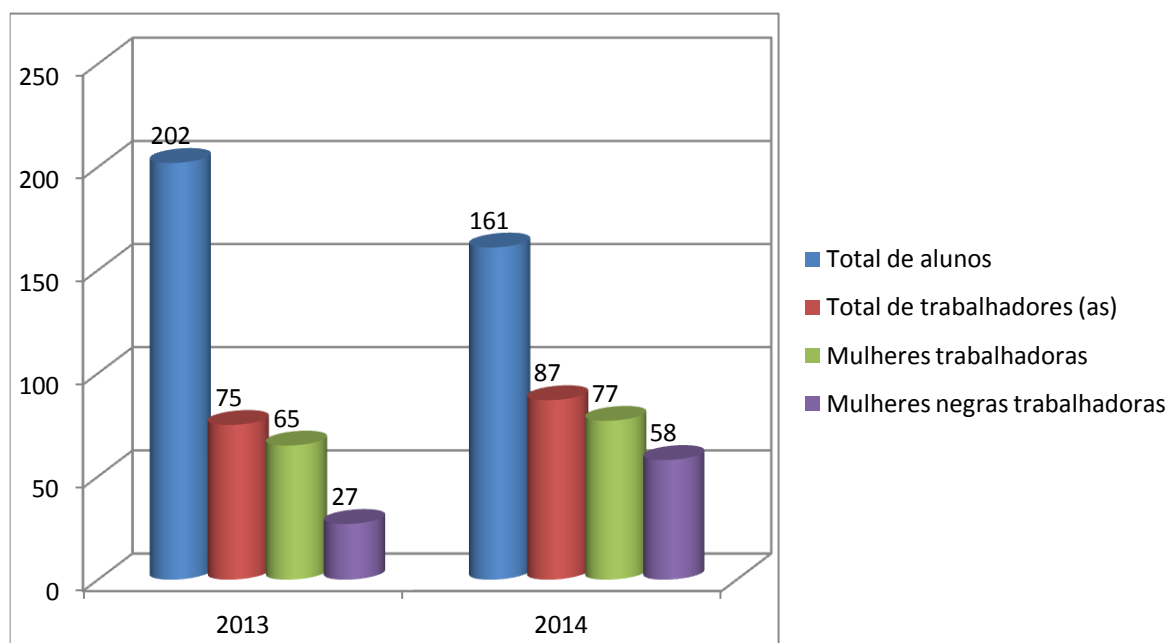
Tabela 4 - Discentes dos cursos subsequentes do IFB/CSSB que estão trabalhando segundo gênero e raça (2013 - 2014)

Ano Acadêmico	Total de discentes	Total de discentes que trabalham	Mulheres trabalhadoras	Mulheres negras trabalhadoras		
2013	202	75	65	86,66%	27	41,53%
2014	161	87	77	88,50%	58	75,32%

Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados no Registro Acadêmico do IFB/CSSB. ⁶

⁶ Os dados apresentados são referentes ao segundo semestre de cada ano.

Gráfico 6 - Discentes dos cursos subsequentes do IFB/CSSB que estão trabalhando segundo gênero e raça (2013 - 2014)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados no Registro Acadêmico do IFB/CSSB.

A tabela acima mostra o quantitativo de discentes que declararam trabalhar. Comparando com o total de discentes, no ano de 2013 o número de trabalhadores é muito baixo e não chega à metade, demonstra que apenas 37,12% dos alunos (as) são trabalhadores, 32,7% são mulheres e 10,39% são mulheres negras, isso mostra um alto índice de desemprego neste ano, principalmente para as mulheres negras.

Já no ano de 2014 o número de trabalhadores é um pouco mais alto, mostra que 54,03 % trabalham, 47,82% são mulheres trabalhadoras e 36,01% são mulheres negras. Ainda assim o quantitativo de negras que declararam ser trabalhadoras é muito baixo.

Tabela 5 – Discentes com renda familiar até um salário mínimo dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014).

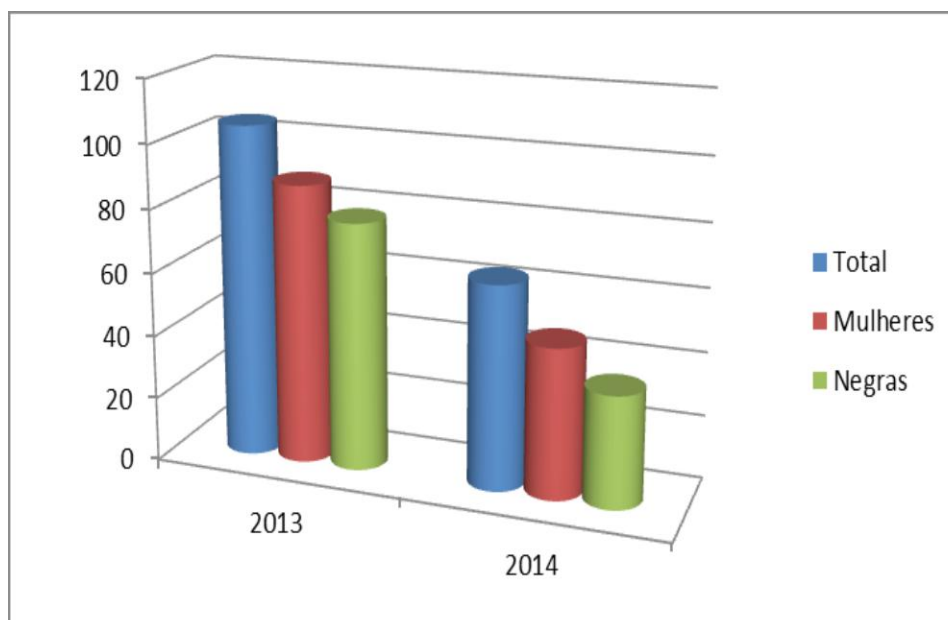
Ano Acadêmico	Total de alunos no subsequente	Mulheres do subsequente	Mulheres ⁷ negras do subsequente			
		Nº	%	Nº	%	
2013	105	88	83,80%	78	88,63%	
2014	64	47	73,43%	35	74,46%	

Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados no Registro Acadêmico do IFB/CSSB. ⁸

⁷ Negras segundo IBGE é composto por pretas e pardas.

⁸ Os dados apresentados são referentes ao segundo semestre de cada ano.

Gráfico 7 - Discentes com renda familiar até um salário mínimo dos cursos subsequentes do IFB/CSSB, segundo gênero e raça (2013 - 2014).



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados no Registro Acadêmico do IFB/CSSB.

Os dados da tabela 4 referem-se ao número de discentes que declararam ter renda até 1 salário mínimo. Fazendo comparação com o total de alunos 51,98% recebem até um salário, 43,56% são mulheres que recebem até 1 salário e 38,61% são mulheres negras.

Percebe-se que de 2013 para 2014 houve diminuição do número de alunos com renda até um salário, isso mostra que muitos alunos não têm renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do estudo constatou-se que as hipóteses iniciais foram apropriadas. O objetivo do trabalho baseou-se em analisar se a desigualdade de gênero e raça influencia no acesso e na permanência das alunas negras dos cursos técnico subsequentes do IFB Campus São Sebastião, isto foi verificado a partir de dados coletados no registro acadêmico da instituição, dados de pesquisas do IPEA, CODEPLAN e textos selecionados.

Verificou-se o porquê dos cursos serem mais atrativos para o público feminino, já que a maioria dos alunos é composta por mulheres, tendo como explicação a questão da divisão sexual do trabalho, a determinação cultural de papéis que homens e mulheres devem seguir que as atividades consideradas femininas são ações que envolvam o cuidado, recepção, e isto influencia na escolha de obter o curso.

Também se buscou fazer um levantamento histórico dos cursos técnicos no Brasil e a inserção das mulheres negras na educação e no mercado de trabalho, e constatou-se que a princípio os cursos não foram feitos pensando em inserir as mulheres negras no sistema educacional, e sim os homens, pois apenas eles tinham direito a educação e ao meio público, e também precisavam de mão de obra que era realizada pelos homens como edificações, estradas e minerações.

Então as mulheres negras conseguiram tais direitos por meio de organização e luta, porém não conseguiram romper com as atividades consideradas femininas, sendo que os primeiros cursos que as mulheres poderiam frequentar eram relacionados apenas as atividades domésticas e cuidados tendo com justificativa que elas não fugissem de seus papéis e obrigações.

Os cursos subsequentes técnico em Secretariado e Técnico em Secretaria Escolar foram criados em 2012 com objetivo de expandir a oferta do Campus, tais cursos foram selecionados visando uma demanda crescente no mercado de trabalho que necessita da inserção de profissionais na área de apoio educacional, e buscou satisfazer os desejos dos moradores colocados nas audiências públicas. Teve como objetivo atender a carência de mão de obra técnica especializada e promover o desenvolvimento da região.

Nos documentos analisados como o PPP e o Plano de Curso, não foi encontrado nada referente aos cursos técnicos sendo criados pensando na inserção das mulheres

negras, mesmo sendo maioria na região administrativa. Foi encontrado que sabem que os cursos tem maior atratividade para o público feminino, pois os dados da própria instituição mostram que o corpo discente é majoritariamente feminino, nos documentos constam que essa tendência é entendida porque os cursos tem atuação profissional praticada por mulheres.

No PPP é traçado o perfil dos alunos sendo em geral trabalhadores com histórico escolar defasado e com dificuldades do contexto social como o desenvolvimento escolar precarizado, e que as alunas dividem seu tempo de estudo com o trabalho e responsabilidades familiares. No mesmo documento são citadas algumas dificuldades que comprometem o sucesso escolar dos alunos, mas não é falado na questão da desigualdade de gênero e raça.

Conforme mostram os dados das Tabelas os cursos técnicos subsequentes do Campus São Sebastião realmente têm em sua maioria mulheres negras, sendo o número muito baixo de mulheres negras trabalhadoras não chegando à metade do quantitativo de alunos, e que quase metade dos alunos que foram evadidos no segundo semestre de cada ano é composta por mulheres negras.

Na análise da grade curricular observou-se que não há disciplinas que lidem com a questão de gênero e raça, porém percebe-se que mesmo não lidando diretamente com a questão, e mesmo avaliando a inserção das mulheres na educação como interesses práticos para alcançar uma melhor qualificação profissional para assim ingressar no mercado de trabalho, as mulheres negras que acessam aos cursos técnicos conseguem ter maior empoderamento a medida que aumenta o nível de educação e se inserem no mercado de trabalho atingindo assim independência financeira.

Os dados obtidos neste TCC mostram que a desigualdade de gênero e raça, construída socialmente, pode influenciar na procura de determinados cursos por existir papéis e obrigações impostas pela sociedade que faz com que as mulheres negras procurem cursos e atividades que sejam consideradas femininas. Por isso o quantitativo de mulheres nos cursos técnico subsequentes em Secretariado e Secretaria Escolar é bem alto.

A pesquisa do IPEA (2013) mostra o quanto às mulheres negras assumem múltiplas jornadas e o quanto estão inferiorizadas. Elas estão dentre as que gastam mais horas com atividades domésticas, recebem os menores salários, apresentam o maior número de desemprego e trabalhos informais, muitas são chefes de família e residem nas periferias da

cidade e a maioria está cadastrada no programa Bolsa Família o que representa que se encontram em maior vulnerabilidade social.

Mesmo que a criação dos cursos não tenha visado à inserção das mulheres negras, os cursos do instituto são mais atrativo para elas, o que faz com que elas tenham um maior nível educacional, fazendo com que haja crescimento das perspectivas profissionais. Porém não toma consciência de gênero e raça, consciência de serem mulheres e negras, e não necessariamente escolheram os cursos por realizações profissionais, mas sim por uma oportunidade posta.

O estudo tratado neste trabalho é de grande importância para a formação profissional em Serviço Social, pois está diretamente ligado com as expressões da questão social em que a assistente social trabalha. É necessário que se tenha a devida compreensão da construção social de gênero e raça e a situação em que as mulheres negras estão inseridas, pois elas se encontram inferiorizadas dentro do sistema capitalista.

A questão da desigualdade de gênero e raça traz diversas formas de violência e opressão contra as mulheres negras e isso é uma questão recorrente no cotidiano da prática profissional, inclusive na área da educação que interfere no bom desenvolvimento e permanência das alunas negras.

Por fim, ficará para pesquisas futuras a indagação que não pode ser respondida nesta pesquisa, sendo ela a questão da escolha dos cursos ofertados no CSSB, se é uma questão de realização profissional, se o cargo de secretária é o que as discentes realmente gostariam de ter, ou se realizam matrícula nos cursos apenas para acessar a Política de Assistência Estudantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane. As lutas feministas por educação, igualdade e cidadania. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília: INEP, 2000, p 1-9.

BANDEIRA, Lourdes. Prefácio. in: YANNOULAS, Silvia. Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Brasília: Abaré, 2013.

BARROS, Ricardo; MACHADO, Ana Flávia; MENDONÇA, Rosane. A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

BRASIL, Resolução n. 466, Brasília – DF: Conselho Nacional de Saúde (CNS), 2012.

BRASIL. Decreto nº 2208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta as disposições da Lei de Diretrizes e Bases. Brasília – DF: 1997.

BRASIL. Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília – DF: 2004.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Torna o ensino profissionalizante subsequente ao nível médio. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília – DF: 1996.

BRASIL. Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008. Integra a dupla equivalência ao ensino médio profissionalizante. Brasília – DF: 2008.

BRASIL, Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Brasília – DF: 2008.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília – DF: 2010.

BONNETTI, Alinne; ABREU, Maria. Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. Estudos Avançados, 2013, p. 1-16.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. Estudos Feministas, 1995, p.1 -9.

CODEPLAN. As Mulheres no Distrito Federal e nos Municípios Metropolitanos: Perfis da Desigualdade. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/>, acessado em outubro de 2015.

CODEPLAN. Os Jovens do Distrito Federal: Um olhar sobre suas condições de estudo e ocupação. Brasília, 2014. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/>, acessado em outubro de 2015.

CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2010/2011. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/>, acessado em outubro de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social. Brasília, 1993.

COSTA, Ângelo. A problemática racial na política de assistência social no Brasil: o desafio da especificidade negra. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social,

defendido no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio Rodrigues. Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro: Eldorado, 1971.

FRANÇA, Ana Letícia; SCHIMANSKI, Édina. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, apresentado no departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2008.

GALVÃO, Daiane. A Metamorfose da Educação Profissional no Brasil: Reflexões Sobre a Práxis Pedagógica Frente aos Desafios da Sociedade Contemporânea. Salvador?:

GOLDINHO, Tatau; Ristoff, Dilvo; FONTES, Angela; XAVIER, Iara; SAMPAIO, Carlos. Trajetória das Mulheres na Educação Brasileira 1996-2003. Brasília/DF: INEP, 2006.

HIRATA, Helena. Globalização e Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos Pagu, 2001, p. 1-18

IFB. Estatuto do Instituto Federal de Brasília, Brasília, 2000.

IFB. Manual do Estudante, Brasília, 2015a.

IFB. Plano de Curso do Curso Técnico Subsequente em Secretariado, Brasília, 2014a.

IFB. Plano de Curso do Curso Técnico Subsequente em Secretariado Escolar,

Brasília, 2014b.

IFB. Plano de Desenvolvimento Institucional. 2014 A 2018. Brasília, 2014c.

IFB. Projeto Político Pedagógico. Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião. Brasília – DF, 2015b.

IPEA. Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, Brasília, 2013.

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e raça, Brasília, 4ª Edição, 2011.

JACCOUD, Luciana et al. Entre o Racismo e a Desigualdade: Da Constituição à Promoção de Uma Política de Igualdade Racial (1988 – 2008). In: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise – Edição 20 anos da Constituição Federal. Brasília: IPEA, 2009, p. 261 – 330.

LIMA, Iuri. AÇÕES AFIRMATIVAS: Um retrato do Instituto Federal de Brasília. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Serviço Social, defendida no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, 2008.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina. Procedimentos Metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálisis. Florianópolis v. 10 n. esp. 2007, p. 37-45.

MARX & ENGELS. Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Moraes, 1983.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 16.ed. v 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos, Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, Brasil, 2014.

NOSELLA, Paolo. A escola brasileira no final do século: Um balanço. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis, Rio de Janeiro 1998.

OLIVEIRA, Eleonora Manicucci. A mulher, a sexualidade e o trabalho. São Paulo: Hucitec CUT –BRASIL, 1999.

PAULA, Marlene (Coord.); HERINGER, Rosana (Coord.). Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil. 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia. Desigualdades de Raça e Gênero no Sistema Educacional Brasileiro. Brasília, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife-PE: SOS CORPO, 1989.

SILVA, Cláudio. Dualidade no Ensino Técnico Profissionalizante em Brasília (IFB): Uma análise do discurso oficial de inclusão e as dificuldades de permanência dos alunos. Brasília: Revista Eixo, 2011.

SILVA, Hércia. A discriminação racial e a educação. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.1, n.1, 2010, p. 1-7.

SILVA, Iraneide. Caminhando na História da Educação Tecnológica do Brasil em Busca da Participação Feminina e Negra. In: Anais do Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Belo Horizonte: Senept-CEFETMG, 2014.

TAVARES, Moacir. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica do Brasil em Busca da Participação Feminina e Negra. Florianópolis/Santa Catarina: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2012.

THEODORO, Mário et al. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília, IPEA, 2008.

YANNOULAS, Silvia Cristina (coord.). A Convidada de Pedra: Mulheres e Políticas Públicas de Trabalho e renda: Entre a descentralização e a Integração Supracional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: Flacso - Editora Abaré, 2003, p. 155-191.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Atuais Tendências na Educação Profissional. Brasília: Flacso – Paralelo 15, 2001.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Educar: Uma profissão de mulheres?. Buenos Aires: Kapelusz, 1996.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em Torno de Uma Categoria. Temporalis, Brasília, 2011, p. 271-292

YANNOULAS, Silvia Cristina (coord.). Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Brasília/DF: Abaré, 2013.

APÊNDICE
SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E
ANÁLISE DOCUMENTAL



Eu, Linidelly Rocha Mendes, aluna do curso de graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília, matrícula 12/0035855, responsável pelo projeto de trabalho de conclusão de curso sob o título 'Desigualdade de gênero e raça: influencias na permanência das alunas negras dos cursos técnicos do Instituto Federal de Brasília campus São Sebastião', venho pelo presente solicitar autorização do Instituto Federal de Brasília para realização da coleta de dados visando análise documental. Esta pesquisa está sendo orientada pela Professora Doutora Silvia Cristina Yannoulas, matrícula 1017080.

Contando com a autorização desta Instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento e me comprometo a apresentar o resultado final da pesquisa perante a Instituição, na forma impressa e oral.

Assinatura da Estudante

Matrícula: 12/0038855

Telefone: 84652767

Assinatura da Orientadora

Matrícula: 1017080

Telefone: 3107663

ANEXO
RESPOSTA DA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE DOCUMENTAL

Instituto Federal de Brasília
Campus São Sebastião

INTERESSADO: Linidelly Rocha Mendes	
ASSUNTO: Autorização para coleta de dados de pesquisa	
Vera Lúcia Ribeiro de Carvalho Bueno	AUTORIZAÇÃO Nº: 001/2015
SITUAÇÃO: Favorável	

RELATÓRIO

I - CONTEXTUALIZAÇÃO (HISTÓRICO)

A estudante de graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília, responsável pelo projeto de TCC sob o título "Desigualdade de gênero e raça no ensino técnico do Instituto Federal de Brasília, campus São Sebastião" solicita autorização para coleta de dados

II - MÉRITO

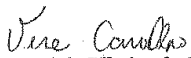
O projeto foi analisado está devidamente cadastrado na instituição de ensino. Na página 12 do projeto consta os cuidados éticos necessários para o tratamento dos dados.

III- PARECER DO RELATOR:

FAVORÁVEL.

Este é o Parecer. Salvo melhor juízo.

São Sebastião, 19 de agosto de 2015.


Prof. Vera Lúcia Ribeiro de Carvalho Bueno
Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão- IFB/CSSB
Portaria IFB nº 188, de 04 de fevereiro de 2015

Vera Lúcia Ribeiro de Carvalho Bueno
Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão
Instituto Federal de Brasília
Campus São Sebastião
Portaria nº 188, de 05/02/2015

Centro de Múltiplas Funções – Avenida São Bartolomeu, Área Especial 2
São Sebastião – DF, CEP 71.697-040
Telefone: (61) 2193-8130
www.ifb.edu.br

ANEXO

RESOLUÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

PARA OFERTA DO CURSO TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

RESOLUÇÃO N.º 030-2011/CONSUP

Autoriza a oferta do Curso Técnico em Secretaria Escolar e aprova seu respectivo projeto pedagógico de curso.

O Presidente do Conselho Superior do INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, nomeado pela Portaria N° 649, de 23 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2011, em observância ao disposto no §1º do art. 10 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e em conformidade com o disposto no inciso IX, art. 9º, do Estatuto do IFB;

CONSIDERANDO o Acordo de Metas e Compromissos celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica com o Instituto Federal de Brasília;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº. 23098.001373/2011-22, de 27 de setembro de 2011;

CONSIDERANDO decisão da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFB, realizada no dia 13 de dezembro de 2011;

No uso de suas atribuições legais, **R E S O L V E:**

Art. 1º AUTORIZAR a oferta do Curso Técnico em Secretaria Escolar na forma do Anexo a esta Resolução.

Brasília – DF, 16 de dezembro de 2011.


WILSON CONCIANI

Presidente do Conselho Superior do IFB



SGAN 610, Módulos D, E, F e G Brasília-DF – CEP 70860-100
Telefone: (61) 2103-2139 – Fax: (61) 2103-2136
www.ifb.edu.br

ANEXO

RESOLUÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA OFERTA DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SECRETARIADO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

RESOLUÇÃO N.º 029-2011/CONSUP

Autoriza a oferta do Curso Técnico em Secretariado e aprova seu respectivo projeto pedagógico de curso.

O Presidente do Conselho Superior do INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, nomeado pela Portaria N.º 649, de 23 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2011, em observância ao disposto no §1º do art. 10 da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e em conformidade com o disposto no inciso IX, art. 9º, do Estatuto do IFB;

CONSIDERANDO o Acordo de Metas e Compromissos celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica com o Instituto Federal de Brasília;

CONSIDERANDO o que consta no Processo n.º. 23098.001372/2011-88, de 27 de setembro de 2011;

CONSIDERANDO decisão da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFB, realizada no dia 13 de dezembro de 2011;

No uso de suas atribuições legais, **R E S O L V E:**

Art. 1º **AUTORIZAR** a oferta do Curso Técnico em Secretariado na forma do Anexo a esta Resolução.

Brasília – DF, 16 de dezembro de 2011.



WILSON CONCIANI
Presidente do Conselho Superior do IFB



SGAN 610, Módulos D, E, F e G Brasília-DF – CEP 70860-100
Telefone: (61) 2103-2139 – Fax: (61) 2103-2136
www.ifb.edu.br

ANEXO

GRADE CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SECRETARIA ESCOLAR

TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SECRETARIADO ESCOLAR			
Matriz Curricular			
MÓDULO I – BÁSICO			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA (H)	CARGA HORÁRIA (H/A)	AULAS SEMANAIS
Sociedade e Meio Ambiente	33,33	40	2
Fundamentos do trabalho escolar	33,33	40	2
Gestão de Pessoas e Relações Interpessoais	66,67	80	4
Informática Básica	66,67	80	4
Técnicas Secretariais	66,67	80	4
Leitura e Produção de Texto	33,33	40	2
Total	300	360	18
MÓDULO II – AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA (H)	CARGA	AULAS SEMANAIS

		HORÁRIA (H/A)	
Sociedade e Trabalho	33,33	40	2
Organização Escolar e princípios do Secretariado Escolar	33,33	40	2
Gestão e Planeamento Escolar	33,33	40	2
Informática - Editor de Texto e Editor de Planilhas	66,67	80	4
Matemática Básica	66,67	80	4
Redação oficial e comercial		33,33	40
Atividade Integradora – pesquisa de campo	33,33	40	2
Total	300,04	360	18
MÓDULO III – AUXILIAR DE REGISTROS ESCOLARES			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA (H)	CARGA HORÁRIA (H/A)	AULAS SEMANAIS
Introdução à estatística	66,67	80	4
Legislação Educacional no Brasil	66,67	80	4

Arquivo Escolar	33,33	40	2
Organização da Secretaria Escolar I	33,33	40	2
Oficina de Leitura e Produção de Textos	33,33	40	2
Informática – Sist. Informatizados de monitoramento e controle	33,33	40	2
Atividade Integradora – Desenvolvimento de Projeto	33,33	40	2
Total	299,99	360	18

MÓDULO IV – AUXILIAR DE GESTÃO ESCOLAR

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA (H)	CARGA HORÁRIA (H/A)	AULAS SEMANAIS
Estatística Aplicada à Educação (Ind. Educacionais)	66,67	80	4
Noções de Legislação Trabalhista	33,33	40	2
Noções de Gestão Patrimonial e Material	33,33	40	2
Políticas Públicas Educacionais	33,33	40	2
Organização da	50,00	60	3

Secretaria Escolar II			
Informática - Sistemas do MEC nas Escolas	33,33	40	2
Atividade Integradora - Elaboração Relatório Final de Curso	50,00	60	3
Total	299,99	360	18
CURSO TÉCNICO EM SECRETARIADO	CARGA HORÁRIA (H)	CARGA HORÁRIA (H/A)	
COMPONENTES CURRICULARES	1200	1440	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO (Obrigatório)	160	160	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1360	1600	

ANEXO

GRADE CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SECRETARIADO

TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SECRETARIADO Matriz Curricular			
MÓDULO I – ASSISTENTE DE SECRETÁRIA			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA (H)	CARGA HORÁRIA (H/A)	AULAS SEMANAIS
Sociedade e Meio Ambiente	33,33	40	2
Administração Básica	33,33	40	2
Gestão de Pessoas e Relações Interpessoais	66,67	80	4
Informática Básica	66,67	80	4
Técnicas Secretariais I e Ética Profissional	66,67	80	4
Leitura e produção de Texto	33,33	40	2
Total	300	360	18
MÓDULO II – TÉCNICO DE SECRETARIADO AUXILIAR			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA (H)	CARGA HORÁRIA (H/A)	AULAS SEMANAIS
Sociedade e Trabalho	33,33	40	2
Informática - Editor de Texto e Editor de Planilhas	66,67	80	4
Redação Oficial e Comercial	33,33	40	2
Matemática Básica	33,33	40	2
Técnicas Secretariais II	66,67	80	4

Inglês aplicado ao secretariado	66,67	80	4
Total	300	360	18
MÓDULO III – TÉCNICO DE SECRETARIADO JÚNIOR			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA (H)	CARGA HORÁRIA (H/A)	AULAS SEMANAIS
Informática Aplicada	33,33	40	2
Cerimonial e Organização de Eventos	66,67	80	4
Noções de Economia	33,33	40	2
Noções de Contabilidade e Legislação Trabalhista	33,33	40	2
Oficina de leitura e produção textual	33,33	40	2
Espanhol aplicado ao secretariado	66,67	80	4
Gestão Mercadológica – Marketing: organizacional e relacionamento	33,33	40	2
Total	300	360	18
TOTAL CURSO TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR	CARGA HORÁRIA (H)	CARGA HORÁRIA (H/A)	
CARGA HORÁRIA DE COMPONENTES	900,00	1080,00	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO (Obrigatório)	160,00	160,00	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1060,00	1240,00	